



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

CARACTERÍSTICAS DA CERTIFICAÇÃO NA CAFEICULTURA BRASILEIRA

Coffee certification features in Brazil

RESUMO

O mercado cada vez mais demanda produtos agrícolas certificados. Os países de primeiro mundo, principalmente, exigem em seus produtos informações sobre o processo produtivo e origem, visando tanto à sustentabilidade socioambiental quanto à qualidade intrínseca do produto. O consumidor quer saber como seu alimento foi produzido. Produtos certificados, de acordo com diferentes padrões, estão cada vez mais presentes nas prateleiras de supermercados do mundo todo. Na cafeicultura, isso se repete, talvez sendo o setor agrícola nacional mais evoluído quanto à certificação, muito à frente de outros produtos agrícolas. Diferentes padrões de certificação estão presentes na cafeicultura brasileira hoje, os principais sendo Orgânico, *Fair Trade* (FT), *Utz Certified* (UC) e *Rain Forest Alliance* (RA). Entretanto, cada um desses padrões cobre diferentes aspectos e seus respectivos produtos chegam ao mercado carregados com características distintas. Importante é a caracterização de cada certificação, bem como a sua exposição aos produtores e consumidores para que tomem sua decisão de forma clara e consciente. A certificação de café no Brasil tem contribuído muito para consideráveis melhorias socioambientais no setor produtivo, bem como para a organização interna das propriedades. A certificação na cafeicultura nacional continuará em crescimento e seus benefícios, aos poucos, estão chegando à sociedade.

Cassio Franco Moreira
Engenheiro Agrônomo / Doutor em Agroecologia
organicassio@uol.com.br

Elisabete A. de Nadai Fernandes
Universidade de São Paulo - Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Laboratório de Radioisótopos
lis@cena.usp.br

Carlos Eduardo de Freitas Vian
Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Departamento de Economia e Sociologia Rural
cefvian@esalq.usp.br

Colaboradores:
Fábio Sileno Tagliaferro
Monsanto do Brasil Ltda., Departamento de Regulamentação
fabiotag@cena.usp.br

Christian Turra
Universidade de São Paulo, Centro de Energia Nuclear na Agricultura
cturra@esalq.usp.br

Recebido em: 3/7/08. Aprovado em: 30/8/11
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador Científico: Ana Alice Vila Boas

ABSTRACT

The market of certified agricultural products increases everyday. Developed countries demand information on the production system and the origin of the product concerning socioenvironmental sustainability and quality attributes. The consumer seeks to know how his/ her food has been produced. Certified products are more and more present at shops and supermarkets worldwide. In the coffee sector this also happens, and the Brazilian coffee is perhaps the most national developed agriculture sector regarding certification. Distinct coffee certification standards are present at the Brazilian coffee production, and the following are the main ones: Organic, Fair Trade (FT), Utz Certified (UC), and Rain Forest Alliance (RA). However, each of these standards considers distinct aspects of coffee production and its respective products are in the market carried with different characteristics. The characterization of each certification standard as well as its exhibition to the producers and consumers is important so that they make their decision in a clear and conscious way. Coffee certification in Brazil has contributed to considerable social and environmental improvements in the production sector. Coffee certification in Brazil is still improving and its benefits are reaching society.

Palavras-chave: Certificação agrícola, sustentabilidade, café, mercado de café, qualidade de café.

Key-words: Agriculture certification, sustainability, coffee, coffee market, coffee quality

1 INTRODUÇÃO

O café é a segunda *commodity* mundial, somente atrás do petróleo, movimentando aproximadamente US\$ 70 bilhões por ano (CUNHA, 2006; LOUREIRO; LOTADE,

2005). O consumo de cafés especiais, como orgânicos, mercado justo/*Fair trade*, *Utz Certified* e *Rain Forest Alliance*, está aumentando intensamente, seguindo tendência de consumo de produtos “responsáveis”, do ponto de vista socioambiental. De acordo com Illy (2006),

o consumo de cafés do tipo *commodity* cresce a taxas de 1,5% ao ano enquanto o de especiais a taxas de 12% ao ano. Os preços desses cafés no mercado nacional e internacional são mais atraentes para os produtores, como consequência da qualidade do produto, valorização de processos produtivos menos agressivos e menor oferta (CUNHA, 2006; RICCI; NEVES, 2004), gerando oportunidades de mercado para os cafeicultores dos países em desenvolvimento.

O Brasil é, há muito tempo, o maior produtor e exportador mundial de café com média de 42,5 milhões de sacas de 60 kg produzidas e 29,7 milhões de sacas exportadas nos últimos 5 anos (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, 2011; OIC, 2011). O Brasil sempre se posicionou no mercado de forma competitiva mais por volume e preço do que por qualidade. Entretanto, nos últimos 10 anos, o setor tem atuado fortemente, divulgando e comprovando a qualidade do café nacional o que ajudou a elevar o preço do café brasileiro, além de aumentar as exportações e o consumo interno (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS BRASIL-ÁRABE - ANBA, 2007). A certificação é um instrumento que contribui nesse sentido.

Objetivou-se, aqui, trabalhar dois aspectos:

Com o primeiro levantaram-se informações sobre as principais certificações de café existentes no Brasil: Orgânica, Fair Trade (FT), Utz Certified (UC) e Rain Forest Alliance (RA), fazendo uma descrição de cada uma dessas, comparando as características de cada e também identificando o perfil dos cafeicultores que estão adotando tais certificações.

Pelo segundo objetivo atingem-se os setores consumidor, científico e principalmente produtivo, fornecendo características técnicas e mercadológicas dessas certificações, além de expor as diferenças entre elas e seus benefícios. No caso do setor produtivo, visa-se também alinhar o perfil do produtor com os tipos de certificação.

Esta é uma pesquisa de caráter exploratório cuja metodologia de levantamento das informações baseou-se na revisão de artigos científicos de revistas internacionais, reportagens de jornais, páginas da internet e revistas do setor de café e certificação agrícola, bem como em entrevistas abertas com representantes do setor produtivo nacional e de certificadoras.

2 HISTÓRICO DA CERTIFICAÇÃO NA CAFEICULTURA BRASILEIRA

Apesar de difícil acesso, pelos números mostra-se o grande crescimento na comercialização mundial de cafés certificados. O volume importado pela Europa de café FT,

em 2003, foi 310.000 sacas de 60kg, 17% superior a 2002. Os Estados Unidos importaram 140.000 sacas de 60kg de cafés FT em 2003, volume 92% superior ao de 2002 (VILLALOBOS, 2004). O crescimento na importação de cafés orgânicos pelos Estados Unidos é impressionante, sendo que, em 2005, a quantidade importada foi 320.000 sacas de 60kg, um crescimento de 23,5% em relação a 2004 (VILLALOBOS; GIOVANNUCCI, 2006). É importante considerar que aproximadamente 50% dos cafés FT são também certificados orgânicos. Não há referências ainda quanto aos volumes de exportação e importação de cafés UC e RA.

Dentre as certificações abordadas, a orgânica foi a primeira a ocorrer na cafeicultura brasileira. Há produtores exportando café orgânico certificado desde 1990. Esta apresentou-se, durante longo tempo, como uma das únicas opções de certificação (PEREIRA et al., 2006). Na recente crise do café, de 2000 a 2004, muitos produtores iniciaram a conversão de suas lavouras para o sistema orgânico na expectativa de vender seu café a preços até 200% superiores, o que ocorreu com alguns produtores orgânicos. Entretanto, alguns desses produtores entraram no sistema somente com objetivos comerciais e não por ideologia ecológica, desistindo do sistema orgânico com a recuperação dos preços da *commodity* (SCARAMUZZO, 2005). Por outro lado, um produtor de Machado, sul de Minas Gerais, trabalha desde 1990 com produção orgânica de café, sendo que seu objetivo principal é preservar a natureza e a qualidade de vida dos trabalhadores bem como eliminar os agrotóxicos. Atingir o exigente, remunerador e estável mercado japonês foi uma consequência. O importador torra o café no Japão e vende o produto com o nome da fazenda e fotos das pessoas envolvidas na produção, agregando valor à história da propriedade. Trata-se de uma relação em que os dois lados lucram, havendo uma dependência bilateral, em que o produtor depende do torrefador para a colocação de seu produto e o torrefador depende do fornecedor para continuar seu negócio (SAES, 2004). Essa não é uma relação de mercado *spot*. Há um vínculo de longo prazo entre as partes, baseado na confiança.

A segunda certificação a existir no Brasil, entre as quatro abordadas, foi a *Fair Trade* (FT), em português “Mercado Justo” ou “Mercado Solidário”. O conceito de FT existe desde o início dos anos 60, entre importadores da Europa e pequenos produtores de países em desenvolvimento, que visavam um comércio direto entre as partes, buscando melhores preços e ausência de atravessadores. O sistema de certificação FT propriamente

dito surgiu em 1989, na Holanda, sendo o café o primeiro produto certificado. A certificação FT foi lá chamada “Max Havelaar” (KILIAN et al., 2006). A organização FLO (*Fair Trade Labelling Organizations*), fundada em 1997, é uma associação de vinte entidades que representam a certificação FT nos seus respectivos países (FAIR TRADE LABELLING ORGANIZATIONS - FLO, 2007). Um dos projetos pioneiros de café *Fair Trade* no Brasil situa-se na cidade de Poço Fundo, sul de Minas Gerais. Em 1997, a associação iniciou suas atividades visando certificação orgânica e *Fair Trade* e passou a exportar seu café com essas certificações, em 2003. Em 2004, a associação transformou-se em Coopfam (Cooperativa dos agricultores familiares de Poço Fundo) para facilitar a comercialização. A Coopfam possui aproximadamente 200 produtores com áreas entre 0,5ha e 25ha e trabalha tanto com cafés convencionais quanto orgânicos, ambos FT. Seu principal mercado é o norte americano, seguido de Inglaterra e outros países europeus (SAES; MIRANDA, 2007).

A certificação UC foi criada em 1997 por produtores de café da Guatemala junto com uma torrefação holandesa. É uma certificação que visa a produção responsável de café e seus parâmetros incluem manutenção de registros, uso minimizado e documentado de defensivos agrícolas, proteção de direitos trabalhistas e acesso à assistência e educação para os empregados e seus familiares (UTZ CERTIFIED, 2009). Essa certificação busca o grande mercado consumidor (VILLALOBOS, 2004).

A certificação RA, conhecida no Brasil como certificação socioambiental teve sua origem em 1998 por meio de uma coalizão de organizações não governamentais de oito países (Brasil, Honduras, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Equador, Colômbia e Estados Unidos). Objetivase, fundamentalmente, aliar conservação ambiental à produção de *commodities* agrícolas cultivadas nos países tropicais. Produtos como banana, cacau, flores, folhagens e frutas já se encontram certificados, mas o café é o que possui a maior área certificada bem como o maior crescimento (GONÇALVES et al., 2007).

3 OPÇÕES DE CERTIFICAÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL

O acompanhamento das certificadoras às unidades de produção é basicamente realizado da mesma forma para os quatro padrões abordados. Constitui-se de um processo de auditoria em que uma empresa ou associação acreditada por normas nacionais e/ou internacionais acompanha o processo produtivo da unidade por meio de visitas periódicas bem como de visitas surpresas (no caso de

orgânico). Esse processo monitora todos os insumos, técnicas de produção, produtividade, vendas, estoques e rastreabilidade, além dos aspectos sociais e ambientais (CONSELHO INTERNACIONAL DO CAFÉ - CIO, 1997; HARADA, 2001; INSTITUTO BIODINÂMICO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - IBD, 2008).

3.1 Certificação Orgânica

A certificação orgânica exige que não seja aplicada nenhuma forma de agrotóxico nem de adubos químicos solúveis. Também é recomendado o aumento da diversidade vegetal nos plantios e a maior independência de insumos externos. O preenchimento de tabelas de controle dos insumos aplicados, colheita, estoque, vendas e apresentação de plano de manejo constituem documentação necessária ao processo de certificação orgânica permitindo o monitoramento do sistema bem como o controle e a rastreabilidade do produto. Para adquirir a certificação internacional de café são necessários três anos de manejo orgânico da lavoura, período que deve ser acompanhado pela certificadora orgânica (GROSSMAN, 2003; KILIAN et al., 2006; LOUREIRO; LOTADE, 2005). As certificadoras atuantes no Brasil trabalham de acordo com os padrões internacionais de produção orgânica. Hoje existem três padrões de certificação orgânica internacional: o da União Européia, baseado na lei 2092/91 da Comunidade Européia, o dos Estados Unidos, chamado NOP (National Organic Program) e controlado pelo USDA (United States Department of Agriculture) e o do Japão, JAS (Japanese Agricultural Standards), controlado pelo MAF (Ministério de Agricultura e Florestas do Japão).

O Brasil também conta com uma legislação para produção, certificação, processamento e transporte de produtos orgânicos. Após longo período, foi aprovado o Decreto n.º 6.323 de 27 de dezembro de 2007 que regulamenta a Lei n.º 10.831, publicada em 23 de Dezembro de 2003 pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2007). Esse conta com 118 artigos, construído com base em uma intensa articulação nacional entre as instituições governamentais e as organizações não governamentais, com atuação na produção orgânica (IBD, 2008). De dezembro de 2007 ao final de 2009, diversas instruções normativas vêm sendo publicadas visando complementar o Decreto n.º 6.323 a fim de se organizar toda a cadeia. A Instrução Normativa n.º 64 de 18 de dezembro de 2008 é uma das mais importantes pois apresenta as normas técnicas brasileiras para a produção vegetal e animal de orgânicos. O prazo para que todos os segmentos envolvidos na rede de produção se adequem à

legislação nacional é 31 de Dezembro de 2010, conforme o Decreto n.º 7.048 de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009).

A certificação orgânica cobra aspectos sociais e ambientais de seus projetos, sendo que o IBD (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural), única certificadora brasileira com credenciamento internacional, trabalha “da lei federal para cima”. Essa certificadora exige o registro dos funcionários e verifica se os vencimentos deles estão pelo menos dentro da lei, bem como exige projeto de adequação ao código florestal brasileiro, acompanhando a recuperação das áreas de preservação permanentes e de reserva legal (ASSOCIAÇÃO DE CAFEICULTURA ORGÂNICA DO BRASIL - ACOB, 2009).

3.2 Certificação *Fair Trade*

A certificação FT é destinada a pequenos produtores de café organizados em associações ou cooperativas. O café FT pode ser cultivado de forma convencional ou orgânica, mas quando convencional há uma lista de agroquímicos que não podem ser aplicados visando maior segurança socioambiental. A característica principal da certificação FT é a garantia de um preço mínimo ao produtor. Um preço que cubra seus custos de produção e propicie melhorias na sua qualidade de vida, ficando o produtor menos sujeito às oscilações do mercado. O preço mínimo a ser recebido pelo produtor é apresentado na Tabela 1 e está no site da FLO (FLO, 2011). Vale dizer que esse é o preço mínimo e que preços superiores ocorrem de acordo com a qualidade do produto, cotações da bolsa e leis de mercado.

Além disto, há um “prêmio” fixo que deve ser destinado a um projeto social escolhido pelo grupo de produtores, bem como de estímulo a contratos de longo prazo e ajuda na obtenção de crédito (BACON, 2005; FERRAN; GRUNERT, 2007; KILIAN et al., 2006; LOUREIRO; LOTADE, 2005). Esse prêmio é apresentado

na Tabela 1 e o valor é de US\$ 10 centavos por libra peso e independe do café ser orgânico ou convencional.

3.3 Certificação *Utz Certified*

A certificação UC busca principalmente responder a duas perguntas: (a) de onde veio o café? e (b) como foi produzido esse café? Portanto, enfatiza a rastreabilidade do produto e o monitoramento dos insumos utilizados, por meio de registros detalhados de transporte, manuseio e aplicação de defensivos agrícolas, bem como de rígido controle sobre as condições de colheita, pós-colheita e documentação desses processos. A questão socioambiental é considerada, sendo que agroquímicos proibidos pela União Européia, Estados Unidos e Japão devem ser abolidos na produção de café certificado. A utilização de equipamentos de proteção individual para aplicação de agroquímicos é uma exigência. Os agroquímicos utilizados devem ser registrados para o uso na cafeicultura e serem aplicados de acordo com as instruções do rótulo. Estimula-se a adoção de manejo integrado de pragas bem como a utilização de defensivos não químicos alternativos. O produtor deve gerir a água visando mais eficiência na sua utilização com menor gasto e menores perdas. Na área social é grande a preocupação com saúde e segurança do trabalhador bem como seus direitos, educação e assistência médica. Quanto ao meio ambiente e vida selvagem, é proibido o desmatamento e há um estímulo ao aumento da biodiversidade na propriedade (UTZCERTIFIED, 2009).

3.4 Certificação *Rain Forest Alliance*

A certificação RA visa critérios socioambientais bastante rígidos. Embora permita a aplicação de agroquímicos, exige a redução do volume aplicado bem como a não utilização de produtos muito tóxicos. Além dessas duas exigências, consideradas críticas, há outros critérios que devem ser plenamente cumpridos para se

TABELA 1 – Preços mínimos de Café *Fair Trade*, em centavos de dólar US\$ por libra-peso F.O.B porto de origem.

	Preço Mínimo de Café Comércio Justo Convencional	Preço Mínimo de Café Comércio Justo Orgânico	Prêmio Fixo de Comércio Justo
Café Arábica lavado*	1,25	1,45	10
Café Arábica não lavado	1,20	1,40	10
Café Robusta lavado*	1,05	1,25	10
Café Robusta não lavado	1,01	1,21	10

Fonte: FLO (2011)

*Café semilavado/cereja descascado é considerado café lavado

obter a certificação. Alguns desses critérios são rastreabilidade bem estabelecida, programa de conservação dos ecossistemas, proibição da caça de animais silvestres, proibição da descarga de águas residuais sem tratamento em corpos de água, inexistência de discriminação nas políticas trabalhistas (GONÇALVES, 2007). O nome *Rain Forest* ("Floresta Tropical") é dado aos cafezais e às fazendas que possuem áreas de florestas que são refúgios para a vida selvagem. Nos locais onde a vegetação natural é floresta deve-se estabelecer e manter sombra permanente nos cafezais, com pelo menos 70 árvores por hectare e um mínimo de 12 espécies por hectare. No Brasil, o sombreamento das lavouras não é exigido. Para a conservação dos ecossistemas exige-se que 30% da área da propriedade seja destinada à manutenção da vegetação natural (RAIN FOREST ALLIANCE, 2005).

3.5 Mercado

O destino dos cafés certificados é certamente o mercado internacional. Fontes do setor concordam que, aproximadamente 95% desse café seja destinado à exportação. Apenas o café orgânico apresenta volume considerável no mercado interno (PEREIRA et al., 2006). Preços de cafés certificados no mercado internacional são superiores aos de cafés *commodities*. Após o período de grave crise no setor (2000-2004) em que a *commodity* encontrava-se com preços muito baixos, a cotação da bolsa de Nova Iorque alcançou melhores patamares e tem se situado entre US\$ 0,95/lb e US\$ 1,40/lb, no período de outubro de 2004 a março de 2008. Os prêmios para cafés orgânicos nacionais exportados mundialmente têm oscilado entre US\$ 0,20/lb a US\$ 1,0/lb, para cafés FT convencionais entre US\$ 0,30/lb a US\$ 0,40/lb, para cafés orgânicos e FT entre US\$ 0,40/lb e US\$ 1,0/lb, para cafés RA entre US\$ 0,10/lb a US\$ 0,40/lb e para cafés UC entre US\$ 0,05/lb e US\$ 0,15/lb. Essas variações possuem influência da qualidade (bebida, defeitos, tamanho de grãos, etc.), país e região de origem, leis de oferta e procura bem como país de destino (ACOB, 2009; KILIAN et al., 2006; VILLALOBOS, 2004; VILLALOBOS; GIOVANNUCCI, 2006). Em períodos de baixas cotações da *commodity*, o café orgânico chegou a ser vendido com preços até 250% superiores, podendo-se afirmar que a produção de café orgânico é vantajosa economicamente, principalmente nos períodos de crise da *commodity* (SCARAMUZZO, 2005). No caso do FT, tende a ocorrer o mesmo que com o orgânico, uma vez que o preço mínimo passa a atuar como piso chegando-se a ágio de até 200%. Não se sabe ainda como se comportarão os preços dos cafés RA e UC em períodos

de crise, uma vez que essas certificações são recentes no Brasil. Entretanto, é possível inferir que essas serão bastante significativas com baixos preços de café, quando mesmo um pequeno diferencial de preço ao produtor pode ser decisivo entre a permanência ou não no mercado.

3.6 Perfil dos produtores em relação às certificações

A partir do exposto até aqui, associado aos dados da Tabela 2 a seguir, é possível dizer que a certificação orgânica atinge principalmente pequenos e médios produtores preocupados com preservação ambiental e diferenciação de seu produto. Pode-se também constatar que a certificação FT atinge esse mesmo perfil, só que de micro e pequenos produtores organizados em associações e/ou cooperativas. Já a certificação RA, até o momento, aparece como uma alternativa a grandes produtores com ótima infraestrutura e alta produtividade. Esses produtores, geralmente, possuem acesso ao mercado internacional e talvez tenham entrado na certificação por perceberem o ágio e a pouca oferta do café nacional nesse mercado. Além disso, têm como diferencial as grandes áreas de preservação de matas em suas propriedades. A certificação UC atinge médios e grandes produtores que possuem boa organização e visão de mercado, buscando agregar valor sem alterações consideráveis no seu manejo, promovendo o reconhecimento de sua organização interna e suas boas práticas de produção.

É possível recomendar a certificação orgânica a pequenas, médias e grandes propriedades que tenham potencial de qualidade de grãos, estejam localizadas em regiões de baixa pressão de pragas e doenças e de boa fertilidade natural do solo. Esses são alguns, fatores técnicos que permitirão o sucesso do projeto, além da ideologia ecológica do produtor.

Quanto à certificação FT, esta é uma ótima opção para micro, pequenos e até médios produtores que tenham média (FT convencional) ou grande preocupação ambiental (FT orgânico) e que estejam organizados em associações ou cooperativas. Vale dizer que cada vez mais o mercado demanda o café FT associado à certificação orgânica e que o ágio obtido pela dupla certificação é superior, enquanto o café FT convencional, em alguns casos, pode apresentar dificuldades de mercado (COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO - COOPFAM, 2007).

O grande atrativo para o mercado de café orgânico e de café FT é o alto ágio recebido principalmente nos períodos de crise da *commodity*, o que resulta em preços médios menos voláteis, permitindo maior estabilidade ao produtor.

TABELA 2 – Tipos de Certificação, área total em ha, sacas de 60kg por cada certificação em 2009, números de projetos certificados (no caso de *Fair Trade* cada projeto possui em média 40 propriedades) e produção média por propriedade em sacas de 60kg).

Certificação	Área em ha	Sacas de 60kg safra 2006	Número de Projetos	Produção média/propriedade em sacas de 60kg
Orgânico ¹	6.000	65.000	100	650
<i>Fair Trade</i> ²	2.000	20.000	10 projetos = 400 propriedades	50
<i>Rain Forest Alliance</i> ³	36.000	1.000.000	40	18.750
<i>Utz Kapeh</i> ⁴	60.000	1.800.000	170	10.590

Fonte: ACOB (2009), FLO (2007), IMAFLORA (2010) e UTZ Certified (2009)

¹ Estimativa ao final da safra de 2009, fornecida pela ACOB (Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil)

² Estimativa ao final da safra de 2009, fornecida pela FLO (*Fair Trade labelling Organizations*)

³ Números oficiais fornecidos pelo Ima Flora (certificadora *Rain Forest Alliance* no Brasil) referentes ao final da safra 2009

⁴ Números oficiais fornecidos pela *Utz Certified* referentes ao final da safra 2009

As certificações RA e UC são recomendadas a médios e grandes produtores que possuam ou que visem ótima organização documental, política de recursos humanos bem estabelecida, ótimas condições sociais nas propriedades e boas práticas de produção. A certificação RA deve ser destinada a produtores que possuam grandes áreas de preservação vegetal e também condições de reduzir constantemente a quantidade e a periculosidade dos agroquímicos utilizados. O maior ágio pago a cafés certificados RA frente ao UC é, provavelmente, consequência dessa maior exigência ambiental bem como da menor oferta de cafés brasileiros certificados RA. Com o aumento da produção de cafés RA, espera-se que o ágio diminua.

4 CONCLUSÕES

Pode –se concluir que cada certificação está mais direcionada a um perfil de produtor, estratificadas principalmente quanto ao tamanho da propriedade e volume de produção. A certificação orgânica e a FT estão associadas a pequenos e médios produtores com alta preocupação ambiental localizados em regiões propícias à qualidade. Talvez, por esses fatores, estas duas certificações agreguem mais valor ao seu produto do que as outras. As certificações UC e RA estão associadas a médios e grandes produtores que possuem boa organização e visão de mercado, objetivando agregar valor sem alterações consideráveis no seu manejo, mas sim através do reconhecimento de sua organização interna e de suas boas práticas de produção. O diferencial da certificação RA são as grandes áreas de preservação de matas em suas propriedades.

O trabalho fornece ricas informações ao setor produtivo, científico, consumidor e extensionista e contribui para que o processo de tomada de decisão do cafeicultor seja consciente das características de cada certificação e das suas possíveis vantagens e desvantagens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É grande a contribuição da certificação na organização interna e nas melhorias socioambientais das propriedades. A capacitação dos funcionários, melhoria do sistema gerencial e da qualidade de vida dos funcionários, redução na utilização de agroquímicos, aumento da biodiversidade e da eficiência do uso da água são alguns dos resultados mais significativos atingidos. Além disso, as melhorias nas propriedades tendem a ser vistas como exemplos a serem seguidos por outros projetos, potencializando os resultados da certificação.

A certificação de café tem gerado consideráveis avanços nas regiões cafejeiras, rumo a uma maior sustentabilidade socioambiental da cafeicultura nacional.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS BRASIL-ÁRABE. **A década mágica do café:** agronegócios. Disponível em: <<http://www.anba.com.br/especial.php?id=334>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

ASSOCIAÇÃO DE CAFEICULTURA ORGÂNICA DO BRASIL. **Comunicação Pessoal por Cristiano Ottoni**, Diretor Superintendente da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil.cristiano@bourboncoffees.com, outubro 2009.

BACON, C. Confronting the coffee crisis: can fair trade, organic, and specialty coffees reduce small-scale farmer vulnerability in northern Nicaragua? **World Development**, New York, v. 33, p. 497-511, 2005.

BRASIL. Ministério de Agricultura e Pecuária. **Decreto n.º 6.323**, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei n.º 10.831. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.prefiraorganicos.com.br/agroorganica/legislacaonacional.aspx?search=%20&page=2>>. Acesso em: 28 dez. 2009.

_____. **Decreto n.º 7.048**, de 23 de dezembro de 2009. Dá nova redação ao art. 115 do Decreto n.º 6.323. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.prefiraorganicos.com.br/agroorganica/legislacaonacional.aspx?search=%20&page=2>>. Acesso em: 28 dez. 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Safra café**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/politica_agricola/SafraCafe/SafraCafe.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DO CAFÉ. **Análise agroeconômica do café cultivado organicamente ou café “orgânico”**. London, 1997. 19 p. Apostila.

COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO. **Comunicação Pessoal por Luiz Adauto de Oliveira**, Presidente da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo. ,coopfam.2007@hotmail., agosto 2007.

CUNHA, L. F. Lavoura gourmet. **Globo Rural**, Rio de Janeiro, v. 244, p. 54-58, 2006.

FAIR TRADE LABELLING ORGANIZATIONS. **Coffee**. Disponível em: <<http://www.fairtrade.net/>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

FAIR TRADE LABELLING ORGANIZATIONS. **Standards**. Disponível em: <<http://www.fairtrade.net/standards.0.html>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

FERRAN, F.; GRUNERT, K. G. French fair trade coffee buyers purchasing motives: an exploratory study using means-end chains analysis. **Food Quality and Preference**, Barking, v. 18, p. 218-229, 2007.

GONÇALVES, E. T. **A certificação socioambiental no Brasil e os cafés com o selo Rainforest Alliance: café point: certificação e qualidade**. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/?actA=7&areaID=32&secaoID=88>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

HARADA, D. Y. Selo único ou biodiversidade na certificação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HORTICULTURA ORGÂNICA, NATURAL, ECOLÓGICA E BIODINÂMICA, 1., 2001, Piracicaba. **Resumos...** Piracicaba: FEALQ, 2001. 1 CD-ROM.

ILLY, E. **Notícias da Universidade Illy do café**. Disponível em: <<http://www.unilly.com.br/site/noticias.exibir.do?idNoticia=167>>. Acesso em: 25 jun. 2006.

IMAFLOA. **Cenário mundial de cafés rain forest alliance**. Piracicaba, 2010.

INSTITUTO BIODINÂMICO DE DESENVOLVIMENTO RURAL. **Certificação Geral**. Disponível em: <<http://www.ibd.com.br>>. Acesso em: 6 maio 2008.

KILIAN, B. et al. Is sustainable agriculture a viable strategy to improve farm income in Central America?: a case study on coffee. **Journal of Business Research**, Athens, v. 59, p. 322-330, 2006.

LOUREIRO, L. M.; LOTADE, J. Do fair trade and eco-labels in coffee wake up the consumer conscience? **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 53, p. 129-138, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. **Statistics**. Disponível em: <<http://www.ico.org/asp/display2.asp>>. Acesso em: 9 mar. 2007.

PEREIRA, S. P. et al. **Situação atual da certificação de café no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/?actA=7&areaID=32&secaoID=88>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

RAIN FOREST ALLIANCE. **Certification and Services**. Disponível em: <http://www.rainforest-alliance.org/programs/agriculture/certified-crops/standards_2005.html>. Acesso em: 15 mar. 2008.

RICCI, M. S. F.; NEVES, M. C. P. **Cultivo do café orgânico**. Seropédica: Embrapa, 2004. 95 p.

SAES, M. S. M. Evitando a queda da rentabilidade na produção agrícola: basta diferenciar? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EnANPAD, 2004. 1 CD-ROM.

SAES, M. S. M.; MIRANDA, B. V. **Fair trade**: conquistas e dilemas. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/?actA=7&areaID=26&secaoID=64>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

SCARAMUZZO, M. **Alta do preço do café convencional afeta o avanço do orgânico**. São Paulo: Agronegócios, 2005.

UTZ CERTIFIED. **Standards & Certification & Monitoring**. Disponível em: <<http://www.utzcertified.org/index.php>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

VILLALOBOS, A. **Sustainable coffee, the market in Europe and in USA**. Alajuela: Sustainable Markets Intelligence Center, 2006.

VILLALOBOS, A.; GIOVANNUCCI, D. Acelerado crecimiento del café orgânico em EE.UU. + **Kfe Revista del Café Diferenciado**, San José, v. 3, p. 9, 2006.